

EDITORIAL

O capitalismo, nas últimas décadas, concretizando uma tendência secular, passa a explorar direta e intensamente atividades e setores que, há pouco, podiam encontrar-se sob o controle do Estado ou de pequenos empreendimentos mercantis individuais e, ao mesmo tempo, encontra-se em um processo de alta concentração de capital e de poder com as mega-corporações destacando-se na economia mundial.

Ações inerentes ao imperialismo clássico, que as populações mundiais julgavam, talvez, não mais presenciar, irromperam no cenário internacional com seu cortejo de horrores, em nome da liberdade e da civilização, como atestam as recentes invasões do Afeganistão e do Iraque.

Há indicações de que as unidades imediatas de gestão do capital têm incrementado seu poder na ordem social em detrimento das instâncias clássicas de deliberação: o sistema parlamentar de representação política no plano nacional e, no internacional, os organismos coletivos de mediação entre os vários países que, em princípio, são soberanos.

Uma outra expressão do aumento da ascendência do capital na sociedade encontra-se nas políticas de (des)regulamentação das relações do trabalho. As relações pactuadas entre capital e trabalho vinham, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o começo da década de setenta do século passado, constituindo um feito de estatura histórica do reformismo social de corte keynesiano e ou socialdemocrata, o qual confluía para o chamado “Estado do bem estar social”.

Paradoxalmente, o enfraquecimento do alcance político da ação parlamentar e da legislação protetora do trabalho, teve como contrapartida a formulação de políticas que conclamam à participação dos trabalhadores na vida das empresas e da população em instâncias da sociedade civil. Esse é o caso das medidas legislativas que implementam a descentralização administrativa da saúde e da educação e que, em nome da democracia, instauram mecanismos de participação e de ação da comunidade nessas instâncias.

Na verdade, essas medidas não representam uma real democratização das instâncias da sociedade civil. E mesmo que elas representassem, não compensariam as perdas verificadas no plano das macro-políticas que incidem sobre a população trabalhadora.

As entidades representativas e organizativas dos trabalhadores vêm procurando resistir à erosão dos direitos conquistados. Porém, essa resistência não tem conseguido, ainda que variavelmente, neutralizar o avanço do capital em detrimento do trabalho. O que pode significar que as suas formas de luta e de organização não estão mais adequadas aos tempos atuais.

Entretanto, alguns fenômenos novos estão ocorrendo no mundo do trabalho. É o caso de vários tipos de organizações econômicas dos trabalhadores, como, por exemplo, as cooperativas de trabalhadores associados. Essas organizações parecem indicar um movimento de autonomia do trabalho em relação ao capital.

Inúmeras empresas de autogestão têm surgido em países como o Brasil, Argentina e Colômbia. Também em Cuba o governo tem promovido a instalação de cooperativas agrárias autônomas, o que parece assinalar uma linha experimental econômica alternativa ao modelo estatal existente.

Estas organizações, ao lado de outras, sugerem que os trabalhadores estão buscando formas inovadoras e alternativas de se contraporem ao capital. Ao mesmo tempo, promovem uma experimentação social com novas relações de trabalho e de sociabilidade.

Os organizadores